

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E
CONJUTURA POLÍTICA

Um Periódico do Grupo de Pesquisa "Opinião Pública:
Marketing Político e Comportamento Eleitoral"

Ano 2 - N.11
Novembro de 2010
ISSN: 2176-4883



DOSSIÊ

ELEIÇÕES 2010: O BRASIL QUE SAIU DAS URNAS

Carlos Augusto Souza
Fabiano Santos
Pedro Ribeiro
Helcimara Telles
Carlos Ranulfo

Opinião

Cloves Luiz Pereira Oliveira

Resenha

Kátia Ferreira Gontijo



SÓ FALTA ULTRAPASSAR AGORA A BARREIRA RACIAL

It's now necessary to overcome the racial barrier

Cloves Luiz Pereira Oliveira
Universidade Federal da Bahia – UFBA
✉ clovis.27@hotmail.com

Na história brasileira, e em certa medida na maioria dos países sul-americanos, os Estados Unidos sempre serviram como uma das principais referências para avaliarmos nosso padrão de relações raciais. Desde os anos 1930, sobretudo após publicação do clássico *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, um discurso hegemônico sempre representou nosso país como um paraíso racial, enquanto os Estados Unidos eram descritos como um inferno, pelo fato de lá, até os anos 1960, existirem severas leis de segregação racial e/ou extensivos preconceitos e racismos entre brancos, negros, mexicanos, judeus, etc., mas, sobretudo, preconceitos da elite branca contra os negros e os mexicanos. O racismo dos brancos contra os negros, então, sempre foi visto por nós como algo repudiável. Este jogo de espelhos consecutivamente ajudou o Brasil a formar uma auto-imagem positiva e a demonizar outros países nos quais podiam ser encontrados esses tipos de políticas e conflitos raciais explícitos.

Com o advento das transformações nas relações raciais americanas nas últimas duas décadas, como mostra a expressiva presença de afro-americanos nos principais cargos políticos do seu país, como o general Colin Powell e a ex-Secretária de Estado Condoleezza Rice, e, recentemente, a eleição do democrata Barack Obama para presidente do país, somos obrigados a não somente ficarmos admirados com o que está acontecendo lá, mas, principalmente, a avaliarmos porque

a despeito de nos sentirmos um país que não leva em consideração a cor da pele para julgarmos os méritos das pessoas - persiste na sociedade brasileira os mesmos padrões de desigualdade racial entre brancos e negros que encontrávamos há mais de meio século. Se os Estados Unidos romperam com os privilégios dos brancos de disputar e ocupar o mais alto cargo de poder político da sua nação, devemos, então, nos perguntar quando algo semelhante acontecerá no Brasil. A questão que se impõe para nós é saber quando veremos um político negro receber **efetivo** apoio partidário, das elites e dos intelectuais, para alavancar uma candidatura que possa brigar, em pé de igualdade, pela presidência da república.

Realmente é inegável a desigualdade entre brancos e negros no que se refere ao acesso aos cargos políticos e eleitorais, tanto hoje como ontem. Observa-se que quanto mais alto o cargo, mais raro é encontramos negros como titulares desses postos. Isto significa que as chances de sucesso dos negros variam em função de qual cargo está em disputa: se municipal, estadual ou federal, executivo ou legislativo. Hoje, pode-se encontrar expressivo número de negros na cadeira de vereador, em geral, e à frente de prefeituras dos pequenos municípios, principalmente em locais com grande número de negros na população. De acordo com um levantamento do Datafolha, do período de 1998-2002, no Congresso Nacional, dos 513 deputados federais apenas 73 eram negros e dos 81 senadores, apenas 09 eram negros. Ou seja, o contingente de parlamentares negros na Câmara é da ordem de 14,2% e no Senado de 11,1%. Lembremos que no caso do Senado, nas legislaturas dos anos 1980 e 1990, um ou dois políticos negros conseguiam tornar-se membro dessa casa. Observando a presença dos negros nas assembleias do estado de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia durante a legislatura de 2002, a percentagem desse contingente oscilava de 3,1%, em São Paulo, até 11,1%, na Bahia. Em termos absolutos, por exemplo, apenas 03 dentre os 94 deputados estaduais paulistas eram negros, e somente 07 dos 63 membros da Assembleia Legislativa baiana podiam ser considerados negros. Em linhas gerais, usualmente os parlamentares negros representam algo em torno de 10% dos quadros das casas legislativas estaduais. Mas não devemos tomar esses números como algo imutável.

Vale destacar que a cidade de Salvador tem assistido, desde 1988, um crescente aumento da participação de negros na Câmara Municipal. Em 1988, os negros constituíam apenas 11,4% dos vereadores, no pleito de 1992 saltou para 34,3%, mantendo este mesmo percentual de participação na legislatura de 1996. Finalmente, as eleições municipais de 2000 revelaram-se muito frutíferas para os candidatos negros, que passaram, assim, a constituir quase metade da Câmara. Esse padrão tem se mantido nas duas últimas legislaturas. O dado curioso é que os políticos negros eleitos em Salvador são oriundos de todos os matizes ideológicos (direta, esquerda e centro) e todos os estratos sociais. Contudo, o traço característico do perfil dos políticos negros baianos é a tendência de serem oriundos de movimentos sociais, sindicais e igrejas evangélicas.

Dentre os obstáculos que comumente os candidatos negros enfrentam para se eleger para cargos executivos e legislativos podemos destacar pelos menos quatro. Primeiramente, as dificuldades para levantar recursos para financiar as campanhas, uma vez que eles não têm trânsito livre nas redes de lobbies e aos grandes empresários, devido ao fato de pertencerem, freqüentemente, aos estratos da classe trabalhadora, serem funcionários públicos, sindicalistas, etc. Segundo, os embaraços para conquistar o apoio político dos caciques dos partidos, os quais poderiam lhes garantir os apoios logísticos dessas organizações para desenvolver suas campanhas. Não se observa discriminações dos partidos nas concessões de legendas, isto pode ser explicado pelo interesse dos partidos de usar muitas candidaturas como estratégia para aumentar o lastro de votos da agremiação para fortalecer a legenda, e assim garantir mais cadeiras. Terceiro, os obstáculos para entrar numa arena muito competitiva que envolve a participação de centenas de concorrente de diversos partidos, como também do seu próprio partido. Por fim, os desafios para construir uma imagem positiva junto ao eleitorado, de maneira a se contrapor a plêiade de representações negativas contra os negros.

Mas os obstáculos para os políticos negros não cessam quando um deles finalmente conquista um cargo. Nota-se que o exercício do seu mandato também é marcado por constrangimentos e problemas que parece não envolver tanto os seus colegas brancos. Dificuldades de conquistar os altos cargos da administração das casas legislativas, tais como: presidências, secretarias e lideranças de comissões mais

importantes. Problemas para ascender na hierarquia dos cargos políticos, com uma grande tendência a estagnar a trajetória política no cargo de vereador, sem sucesso nas tentativas de galgar a cadeira de deputado estadual ou federal, muito menos os cargos de prefeito e governador.

Em resumo: quanto mais alto o cargo, menores são as chances de se encontrar um político negro exercendo o mesmo. As disputas para os cargos parlamentares (nas câmaras municipais e assembleias legislativas) têm oferecido mais chances de sucesso para um expressivo contingente de políticos negros que as eleições para prefeito de grandes cidades e governador, pois eles têm conseguido converter o capital político construído em militâncias junto a movimentos sociais, movimentos sindicais, corporações profissionais, bairros e comunidades religiosas em votos. Quando se trata das disputas para cargos majoritários em grandes cidades e capitais os interesses em jogo são mais amplos e se estendem além dos horizontes das comunidades que impulsionaram a sua ascensão política. São as disputas entre as lideranças partidárias, as divergências político-ideológicas, as dificuldades de se mostrarem confiáveis e competentes frente aos vários grupos da sociedade, principalmente às elites. Neste contexto, a identidade negra constitui-se num obstáculo na medida em que ela requer dos políticos negros cuidados especiais na definição das suas estratégias de campanha, notadamente na definição da sua imagem, das propostas políticas e dos públicos aos quais destinaram seus apelos para conquista do voto. Neste sentido, a imprensa se constitui num adversário extraordinário para os candidatos negros, pois é ela que, na veiculação das materiais sobre os candidatos, lembra, enfaticamente, aos (e)leitores que o candidato é negro, reportando sempre a sua cor como algo relevante; postura que não se observa quando se trata de um candidato branco.

Observando-se a experiência da eleição de Celso Pitta para prefeito de São Paulo percebe-se que o sucesso eleitoral de um candidato negro depende, em grande medida, da natureza do apoio que ele recebe do seu partido, dos recursos financeiros e logísticos de que ele dispõe para desenvolver a sua campanha, das características do colégio eleitoral no qual esta concorrendo no que se refere à composição racial, características sócio-econômicas da população, cultura política local e genealogia das disputas político-partidárias. Todos estes elementos

apresentaram-se favoráveis para Celso Pitta na sua disputa para nada menos que a prefeitura da maior cidade do país em 1996. Desta forma, vemos que não faz mais sentido aceitarmos passivamente as expressões que afirmam que "negro não vota em negro". As experiências das eleições de Alceu Colares e Albuino Azeredo para governadores do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo, no pleito de 1990, são provas suficientes de que este "dito popular" está equivocado.

Assim, vislumbra-se que a tendência seja de crescimento do número de negros no poder no Brasil. Os partidos têm se mostrado sensíveis às propostas voltadas à população afro-descendente, incorporando as suas agendas, uma vez que já descobriram o potencial eleitoral dessas propostas, mesmo quando não estão sendo representados por um candidato negro. Os eleitores, por sua vez, têm se mostrado menos influenciados pelos preconceitos raciais e têm utilizado outros parâmetros para julgar as qualidades dos candidatos, como atesta a eleição de Celso Pitta à prefeitura de São Paulo, em 1996. Os líderes negros têm se mostrado menos intimidados a se lançarem na política partidária e nas corridas eleitorais.

A eleição de um líder sindical para a presidência da república em 2002 quebrou o modelo de recrutamento que privilegiava os bacharéis. A recente vitória de Dilma colocou em *xeque-mate* a prerrogativa dos homens de serem os chefes da nação. Nesse passo, nosso próximo desafio é superarmos a barreira racial e elegermos um(a) presidente negro(a).